



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

João da Costa Filho

Agricultura Familiar no Nordeste: um Estudo Comparativo entre os
Censos Agropecuários de 1996 e 2006.

FORTALEZA

2016

João da Costa Filho

**Agricultura Familiar no Nordeste: um Estudo Comparativo entre os
Censos Agropecuários de 1996 e 2006.**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F498a Filho, João da Costa.
Agricultura Familiar no Nordeste : Um Estudo Comparativo entre os Censos Agropecuários de 1996 E
2006 / João da Costa Filho. – 2016.
44 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

1. Agrícolas. 2. Familiares. 3. Unidades. I. Título.

CDD 330

João da Costa Filho

**Agricultura Familiar no Nordeste: um Estudo Comparativo Entre os
Censos Agropecuários de 1996 e 2006**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que seja feita de acordo com as normas da ética científica.

Data da aprovação: ____/____/____ com média ____.

_____ NOTA

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos

Orientador

_____ NOTA

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral

Membro da Banca Examinadora

_____ NOTA

Prof. Me. Fabrício José Costa de Holanda

Membro da Banca Examinadora

Aos meus pais, principalmente a minha mãe Maria Gizeuda, que muito me incentivou durante todo curso e aos agricultores familiares do Nordeste, gente digna e trabalhadora.

Agradecimentos

A Deus pela saúde, pela paz, pelo conforto nos momentos mais difíceis nesta caminhada e em toda a vida.

Aos meus pais por me apoiarem em todas as minhas decisões e aos meus colegas de curso.

Ao professor e orientador Lemos, excelente professor e grande pessoa humana, e aos demais membros da Banca Examinadora.

“Os fracos não chegam a lugar nenhum”

(Ayrton Senna da Silva)

RESUMO

A Agricultura Familiar brasileira, e em particular a praticada no Nordeste do país tem se mostrado nos últimos anos como uma alternativa viável de produção no meio rural. Essa forma de produzir no campo não se restringe à agricultura propriamente dita, mas também a produção de grãos e frutas, também a criação de animais e a produção de matérias-primas destinadas tanto ao mercado interno quanto ao externo. Além da produção de alimentos e matérias-primas, esse tipo de produção agrícola exerce transbordamentos socioeconômicos que geram trabalho e renda contribuindo de sobremaneira para fixação do homem no campo, preservação do meio ambiente - por se tratar de uma agricultura menos danosa que a convencional. Esta pesquisa tem por objetivo analisar os principais indicadores das Unidades Agrícolas Familiares do Nordeste brasileiro durante os Censos Agropecuários (1996 e 2006). Os dados mostram que durante esse período o Nordeste, de uma forma geral, apresentou certa evolução na maioria desses indicadores com perspectivas positivas para a divulgação dos próximos Censos Agropecuários.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Nordeste Brasileiro; Unidades Agrícolas Familiares; Indicadores; Censos Agropecuários.

ABSTRACT

Brazilian family agriculture, particularly as done in the Northeast, has been a viable alternative to production in rural areas in recent years. This way of production is not restricted to agriculture itself, but also includes the production of grains and fruits, animal breeding and the production of raw materials for the domestic and foreign markets as well. Besides the production of food and raw materials, this type of agricultural production exerts socioeconomic spillovers that generate jobs and income, contributing greatly for setting people in the countryside, preserving the environment - since it is a less damaging agriculture than the conventional type. This research aims to analyze the main indicators of Agricultural Units in northeastern Brazil during the Family Agricultural Censuses (1996 and 2006). The results show that during this period the Northeast in general showed some progress in most of these indicators with positive prospects for the dissemination of the next Agricultural Censuses.

Keywords: Family Agriculture; Brazilian Northeast; Family Agricultural Units; Indicators; Agricultural censuses

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual da Área dos Estados Nordestinos Ocupada por Unidades Agrícolas Familiares - 1996 e 2006	24
Gráfico 2 - Percentual das UAF Nordestinas que Fazem Uso de Insumos Como Tecnologia, Energia, Adubos e outros insumos no período de 1996 e 2006	28
Gráfico 3 - Pessoal Ocupado (%) Por Unidades Agrícolas Familiares e Não Familiar no Nordeste no período de 1996 e 2006	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo entre Agricultura Familiar e Agricultura Patronal	17
Quadro 2 - Grupos do PRONAF e Seus Beneficiários	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números de Unidades Agrícolas e áreas das propriedades da agricultura familiar e não Familiar	18
Tabela 2 - Percentual da Área dos Estados do Nordeste Ocupada por Unidades Agrícolas Familiares - 1996 e 2006	24
Tabela 3 - Percentual da Área dos Estados do Nordeste Ocupada por Unidades Agrícolas Familiares por Classe de Área - 1996 e 2006.....	25
Tabela 4 - Área Média Unidades Agrícolas nos Estados do Nordeste por Classes de Áreas (em hectares) - 1996 e 2006.....	26
Tabela 5 - Percentual das UAF Nordestinas que Fazem Uso de Insumos Como Tecnologia, Energia, Adubos e outros insumos no período de 1996 e 2006	27
Tabela 6 - Números de Agricultores Nordestinos Por Estado Ocupados nas UAF - 1996 e 2006.....	29
Tabela 7 - Percentual de UAF nos Estados do Nordeste - 1996 e 2006.....	30
Tabela 8 - Participação das UAF em Termos Percentuais no Valor Bruto da Produção (VBP) nos Estados do Nordeste - 1996 e 2006	31
Tabela 9 - Participação das em Termos Percentuais em Valor Bruto da Produção (VBP) Animal (Pecuária de Corte e de Leite) dos Estados Nordestinos - 1996 e 2006	33
Tabela 10 - Renda Monetária Líquida Média das Unidades Agrícolas Familiares nos Estados Nordestinos - 1996 e 2006	34
Tabela 11 - Pessoal Ocupado (%) Por Unidades Agrícolas Familiares e Não Familiar no Nordeste - 1996 e 2006.....	35
Tabela 12 - Produtividade Por Hectare de Mão de Obra dos Agricultores Familiares nas Unidades Agrícolas Familiares - Brasil e Regiões - 1996 e 2006.....	36
Tabela 13 - Distribuição Regional do PRONAF (em %) - 1996 e 2006.....	37
Tabela 14 - Participação Percentual das Unidades Agrícolas Familiares no Valor Bruto da Produção (VBP) de Produtos da Lavoura Permanente (Bananas e Laranjas) nos Estados do Nordeste - 1996 e 2006.....	38
Tabela 15 - Participação Percentual das Unidades Agrícolas Familiares no Valor Bruto da Produção de Produtos da Lavoura Temporária (Algodão e Cana de açúcar) nos Estados do Nordeste - 1996 e 2006.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Unidades Agrícolas Familiares (UAF): conceitos e características	15
2.1.1	<i>Alguns fundamentos do surgimento do conceito de agricultura familiar</i>	<i>16</i>
2.1.2	<i>Agricultura familiar versus agricultura patronal.....</i>	<i>17</i>
2.1.3	<i>Principal política de Fomento: PRONAF</i>	<i>19</i>
3	FONTES DOS DADOS E METODOLOGIA	23
4	RESULTADOS.....	24
5	CONCLUSÕES.....	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Agricultura Familiar Brasileira, sempre se mostrou como alternativa de produção e sobrevivência no meio rural. Essa modalidade de produção agrícola não se restringe apenas a agricultura propriamente dita, na verdade abrange toda produção agropecuária, produzindo alimentos e matérias-primas com a função tanto de suprir o consumo interno, como de abastecer o mercado externo.

A produção Familiar brasileira, assim como a que é praticada na região Nordeste é bastante diversificada, não só em termos de produção, como também pela diversidade de seus produtores, incluindo aqueles que ainda produzem com uma modesta assistência do poder público.

Conforme (SANTOS, 2010), os produtores familiares que se apresenta de maneira bem diversificada por todo país a agricultura familiar vem assumindo um importantíssimo papel geração de emprego e renda, segurança alimentar, preservação ambiental e consequentemente no desenvolvimento socioeconômico do país.

No tocante ao Nordeste a Agricultura Familiar propicia uma importância ímpar, por se tratar, ainda de uma região de muita pobreza, principalmente na área rural, além de possuir fatores climáticos adversos à prática de atividades agropecuárias.

Quanto aos aspectos relacionados à geração de emprego e renda exercida pela Agricultura Familiar (Produção Familiar), essa é de uma magnitude social sem precedentes para o desenvolvimento social, pois inibe o êxodo rural, ou seja, o deslocamento de trabalhadores rurais em direção aos grandes centros urbanos do país, evitando assim uma série de problemas nas grandes metrópoles brasileiras, tais como: proliferação de favelas, aumento da criminalidade, poluição urbana entre outras mazelas sociais que acometem os grandes aglomerados urbanos.

Com relação à segurança alimentar, a Agricultura familiar atual desempenha função vital em todo o Brasil, particularmente no Nordeste, onde grande parcela da população ainda enfrenta problemas com alimentação, onde muitos passam fome. Diante de tal cruel realidade, a Produção Familiar assume função importante dentro do contexto da questão alimentar nordestina. Atualmente grande parte dos alimentos básicos consumidos pelos nordestinos, é oriunda da Agricultura Familiar.

Quanto aos aspectos ambientais, a Agricultura Familiar é um importante vetor no processo de preservação do meio ambiente, tendo em vistas que, no geral, usa de forma mais

parcimoniosa agroquímicos e equipamentos negativamente o meio ambiente. A produção familiar tende a se inserir de forma mais incisiva na proposta de desenvolvimento sustentável, degradando menos o meio ambiente do que comparação com a grande agricultura patronal. Além, disso as unidades agrícolas familiares -UAF- detém enorme capacidade de geração de ocupação no meio rural e na produção de alimentos com se depreende das passagens a seguir.

A agricultura familiar gera mais de 80% de ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada dez empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente a maior parte dos alimentos que abastece a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades. A agricultura familiar favorece o emprego de prática produtiva ecologicamente mais equilibrado, com a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e preservação do patrimônio genético. Em 2009, cerca de 60% dos alimentos que compuseram a cesta alimentar distribuída pela Conab originou-se da agricultura familiar. (ACIAPAR, 2014).

A agricultura familiar é responsável por garantir alimentos saudáveis de qualidade na mesa dos brasileiros e brasileiras, tanto que 70% da produção de alimentos consumidos provêm desse setor. É por isso que a agricultura familiar é reconhecida como realidade concreta da promoção do desenvolvimento local com sustentabilidade econômica, social e cultural. Gera postos de trabalho em número bem maior que a agricultura empresarial, se preocupa com a sustentabilidade econômica e ambiental e preserva as tradições e costumes locais. (CONTAG, 2014).

A Agricultura Familiar praticada no Nordeste, além de contribuir para a formação do PIB da região, exerce peso considerável na composição da cesta básica dos nordestinos.

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre a gestão e o trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. (MDS, 2012).

Dentro desse contexto da Agricultura Familiar (Produção Familiar) estão inseridas as Unidades Agrícolas Familiares (UAF) que funcionam como unidades produtoras de alimentos e matérias-primas, além de auferir renda monetária aos agricultores familiares.

A Produção Familiar se materializa na unidade de produção agrícola, na qual a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Assim, podemos afirmar que, os empreendimentos familiares possuem duas características principais: gerência e mão de obra familiar. Com base nestes fundamentos o presente trabalho tem como objetivo Geral: proceder uma avaliação comparativa de alguns indicadores das unidades agrícolas familiares (UAF) do Nordeste brasileiro, levando em consideração o desempenho da agricultura familiar nordestina durante os Censos Agropecuários (1996 e 2006).

De forma específica o trabalho busca:

a) Averiguar se houve uma evolução de indicadores selecionados da produção agrícola familiar entre os Censos Agropecuários de 1996 e 2006;

b) Avaliar a participação dos estados do Nordeste no que concerne aos indicadores selecionados nesta pesquisa fazendo comparações entre aqueles que apresentaram maiores e menores desempenhos no período sob investigação.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na sequência serão detalhados, respectivamente, o referencial teórico, o qual discorre sobre as unidades agrícolas familiares (UAF) nordestinas: conceitos, origem, principal política de fomento, comparação com as unidades agrícolas patronais; a metodologia aplicada e resultados da pesquisa analisados e finalizando com as considerações finais ou conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na seção destinada ao referencial discute-se os conceitos de agricultura familiar, as suas origens, principais características. Elaboram-se algumas diferenças entre este tipo de agricultura e a patronal. Em seguida será discutido o principal programa de financiamento dessas atividades que é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

2.1 Unidades Agrícolas Familiares (UAF): conceitos e características

A construção do conceito de agricultura familiar, não é uma tarefa fácil, pois de acordo com vários autores, o conceito foi alterado ao decorrer do tempo. As definições e conceitos sobre agricultura familiar não são unânimes na concepção da maioria dos pesquisadores.

Segundo Carneiro (2000) apesar das divergências para conceituar a agricultura familiar há um consenso: “por agricultura familiar entende-se em termos gerais, uma unidade de produção, onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”.

De acordo com Lopes Rocha (2005), no Brasil, o uso do conceito de agricultura familiar passou a ser utilizado a partir dos anos de 1990, quando vários estudos acabaram por desenvolver critérios próprios para quantificar o universo dos produtores familiares e auferir a participação dos mesmos na produção.

De acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, agricultura familiar foi conceituada:

Art. 3o Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 há (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques rende;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

2.1.1 Alguns fundamentos do surgimento do conceito de agricultura familiar

O surgimento da agricultura familiar (produção familiar) gerou grandes transformações no meio rural e conseqüentemente na vida dos agricultores familiares. No início era apenas uma agricultura de subsistência, da qual os agricultores tiravam apenas o sustento de suas famílias. Após a sua inserção no capitalismo, a lógica capitalista transformou grande parte da produção familiar em mercadoria, provocando assim, uma subordinação entre a agricultura familiar e a indústria.

De acordo com Felício (2006), a agricultura familiar está presente desde os primeiros agrupamentos humanos sedentários tendo a família, além de proprietária dos meios de produção, é a que assume o trabalho no estabelecimento produtivo rural.

Já a origem da agricultura familiar nordestina está intimamente ligada ao começo da colonização do Nordeste brasileiro, mais precisamente ao ciclo do açúcar. Período o qual, predominavam economicamente na região as grandes propriedades (os latifúndios), mão de

obra escrava e as culturas agrícolas de exportação, com destaque para a cana-de-açúcar, matéria prima do principal produto de exportação da economia nordestina da época: o açúcar.

Segundo Peixoto (1998, v. 2),

Desenvolveu nas fronteiras dessas propriedades, ocupando pequenas extensões de terra, utilizando tecnologias rudimentares e destinadas a produção, em grande porte, para o autoconsumo. Além disso, também desempenhava de produtora de alimentos e reservatórios de mão de obra para os plantations.

Como podemos observar de acordo com a citação, a agricultura familiar nordestina nasce e convive paralelamente com um tipo de agricultura que ficou conhecido como plantations. Essa atividade agrícola praticada no início do Brasil colônia, está inserida dentro de uma estrutura agrária, onde a mesma se caracteriza pelas grandes propriedades, onde nas quais predomina a monocultura da cana-de-açúcar. Diferentemente, a agricultura familiar se apresenta neste contexto como uma simples agricultura de subsistência, fazendo uso de pequenas faixas de terra para o cultivo de produtos voltados para em sua grande maioria para o autoconsumo.

De acordo com Miralha (2006, p. 19),

É importante salientar que, durante o período colonial, a produção familiar, mesmo ocupando um lugar subalterno na sociedade brasileira teve uma grande importância para o Brasil naquela época, pois, enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população.

Com isso, se pode constatar que a agricultura familiar brasileira, assim como a nordestina, não é uma atividade agrícola tão recente em nosso meio rural, apesar de ganhar destaque na década de 1990. Possui seu embrião já dentro do primeiro grande ciclo econômico do Nordeste, que foi o ciclo do açúcar.

2.1.2 Agricultura familiar versus agricultura patronal

Como já foi citada na introdução deste trabalho, a agricultura familiar apresenta algumas diferenças bastante significativas com relação à agricultura patronal. Observando o quadro comparativo dessas duas modalidades agrícolas abaixo, pode se constatar essas diferenças.

Quadro 1 - Comparativo entre Agricultura Familiar e Agricultura Patronal

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
----------------------	----------------------

Completa separação entre a gestão e o trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurado diretamente aos produtores
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominantemente	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de “terreno” e de “momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: FAO/INCRA (2005).

Fazendo uma análise das principais características que possuem essas duas modalidades agrícolas expostas no quadro acima, percebe-se que a produção patronal valoriza a especialização, a divisão e gestão e trabalho e monocultura. Além disso, nessa modalidade agrícola, o trabalho assalariado é predominante. Enquanto na produção familiar, observa-se que, há uma ênfase no que diz respeito à diversificação da produção, assim como também uma integração entre a gestão e o trabalho, sem falar da qualidade de vida que propicia a agricultura familiar.

“A chamada agricultura patronal pode ser definida por exclusão: o que não for do tipo familiar seria classificada de patronal; recebe rótulos como: agricultura comercial, empresarial, agricultura de exportação, capitalista, entre outros.” (Censo Agropecuário - 1996). Na tabela 1 apresenta-se as quantidades de Unidades Agrícolas Familiares (UAF) e Unidades Patronais (UAP) com as respectivas áreas ocupadas por região no Brasil de acordo com que mostra o Censo Demográfico de 2006.

Tabela 1 - Número de Unidades Agrícolas Familiares e área das propriedades da agricultura familiar e não familiar - Censo Agropecuário 2006.

Região	Agricultura Familiar (UAF)s		Agricultura não Familiar (UAP)	
	Lei 11.326			
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Norte	413.101	16.647.328	62.674	38.139.968
Nordeste	2.187.295	28.332.599	266.711	47.261.842

Centro - Oeste	217.531	9.414.915	99.947	94.382.413
Sudeste	699.978	12.789.019	222.071	41.447.150
Sul	849.997	13.066.591	156.184	28.459.566
Brasil	4.367.902	80.250.452	807.587	249.690.939

Fonte: adaptado do IBGE (2009).

De acordo com os dados expostos na tabela 1 pode se constatar que o Nordeste é a região do Brasil que possui o maior número de estabelecimentos agrícolas familiares. Esse número corresponde a 720% a mais do número de estabelecimento não familiar, situado na região, uma porcentagem, de fato, bastante significativa. Em contra partida, o número de hectares por área dos estabelecimentos não familiares no Nordeste é bem superior ao que possuem as unidades agrícolas familiares, chegando a 66,81% a mais do número das unidades familiares.

2.1.3 Principal política de Fomento: PRONAF

O PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) notabilizou-se como a principal política executada no âmbito do Governo Federal em apoio à agricultura familiar brasileira.

Aquino e Schneider (2010, p.7) afirmam que “desde que foi criado, em 1996 o PRONAF vem consolidando-se ano a ano como a principal política pública de apoio à agricultura familiar no meio rural brasileiro”.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado e instituído oficialmente através do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 junho de 1996, sendo concebido com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda modo a estabelecer um novo padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, produzindo um novo modelo agrícola nacional. (Brasil, 1996, p.11)

O PRONAF sem dúvida alguma é o grande “divisor de águas” se tratando de agricultura familiar no Brasil. Ou seja, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar alavancou a produção familiar no meio rural, propiciando aos agricultores familiares brasileiros um aumento tanto na renda não monetária como na renda monetária.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é de fundamental importância para fixar o agricultor familiar no meio rural, haja vista que o

financiamento ofertado por este programa possui baixas taxas de juros, permitindo ao produtor familiar beneficiar-se com a aquisição de equipamentos agrícolas com a finalidade de aumentar a produção familiar. (Malysz, 2012).

Do ponto de vista operacional, o pronaf concentra-se em quatro grandes linhas de atuação:

A - financiamento de produção: o programa destina anualmente recursos para o custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente em todos os municípios do país;

B - financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos;

C - capacitação profissionalização dos (as) agricultores (as) familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores (as) familiares, conselheiros (as) municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;

D - financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologia para os (as) agricultores (as) familiares. No Quadro 3 apresentam-se as modalidades de PRONAF.

Quadro 2 - Grupos do PRONAF e Seus Beneficiários

Grupo	Beneficiários
A	Agricultores (as) assentados (as) da reforma agrária que, com a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer), passaram a ser atendidos (as) pelo pronaf. Atualmente, pelas regras do Plano Safra 2005 - 2006 tais agricultores(as) podem pedir financiamento até R\$ 25.695,62 mil para investimentos e mais R\$ 2.335,97 mil para assistência técnica, a fundo perdido. O prazo de pagamento é dez anos (com até cinco anos de carência), e os juros são de 1,15%. Foi previsto, também, um desconto de até 45% sobre o valor financiado, desde que o pagamento ocorra dentro dos prazos estipulados.
B	Agricultores (as) familiares e remanescentes e quilombos, trabalhadores (as) rurais e indígenas com renda bruta anual de até R\$ 3.114,62 mil. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e com pouco potencial de aumento da produção

no curto prazo localizadas em regiões com concentração de pobreza rural. Os valores de financiamento são limitados com até R\$ 4.671,93 mil para qualquer atividade geradora de renda, com juros de 1% ao ano e prazo para pagamento de dois anos, sendo um ano de carência. Nessa modalidade de crédito, o (a) tomador (a) pode se beneficiar de um desconto de 25% sobre o valor financiado, quando os prazos de ressarcimento do empréstimo forem respeitados.

C Agricultores (as) familiares com renda bruta anual entre R\$ 3.114,62 e R\$ 21.802,35 mil, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva. Os limites de financiamento para o custeio são de R\$ 4.671,93 mil, com juros de 4% ao ano, desconto (rebate) de R\$ 311,42 e prazo de pagamento de até dois anos. Já para investimentos, o limite é de R\$ 9.343,61 mil, e o prazo de pagamento é de até oito anos, com juros de 3% ao ano. Além do rebate do crédito de custeio, há ainda um desconto de R\$ 1.090,12 do crédito de investimento para contratos coletivos. Se o (a) agricultor (a) respeitar os prazos, poderá se beneficiar de um bônus de 25% sobre os juros.

A/C Agricultores (as) oriundos (as) do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substitui o antigo programa de apoio aos (às) assentados (as). Os limites de financiamentos de custeio variam de R\$ 778,66 a R\$ 4.671,93 mil, com juros de 2% ao ano e com prazo de pagamento até dois anos. Esse grupo também é beneficiado por um desconto de R\$ 331,46 sobre o valor emprestado, desde que quitado dentro dos prazos estabelecidos.

D Agricultores (as) considerados (as) estabilizados (as) economicamente com renda bruta anual entre R\$ 21.803,35 mil e R\$ 62.292,42 mil, sendo que o limite para o custeio é de até R\$ 9.343,86 mil, com juros de 4% ao ano e o prazo de até de dois anos. Para o investimento, o limite de financiamento é de até R\$ 28.031,59 mil, com prazo de até oito anos e carência de até cinco anos. Os juros são de 3% ao ano e podem ser reduzidos em até 25% para pagamentos no prazo.

E Agricultores (as) com renda bruta anual entre R\$ 62.292,42 mil e R\$ 93.438,63 mil. Os limites de financiamentos para o custeio são de R\$ 56.063,18 mil, com juros de 7,25% ao ano e prazo de pagamento de dois anos. Para o investimento, o limite de financiamento é de R\$ 56.063,18 mil, com juros idênticos ao crédito de custeio e prazo de pagamento de até dois anos, com três anos de carência e sem

descontos.

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

Como se pode observar de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, os agricultores familiares são contemplados através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), onde são beneficiados de acordo com 6 (seis) grupos distintos do programa, cada um contemplando as respectivas características dos produtores familiares em questão.

3 FONTES DOS DADOS E METODOLOGIA

No presente trabalho, utilizam-se dados quantitativos que já existem e se encontram disponíveis pelos Censos Agropecuários (1996 - 2006), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). As unidades que serão analisadas neste trabalho são as que estão inseridas nos estados que compõem a região Nordeste.

A metodologia aplicada à pesquisa pode receber vários tipos de classificações. Com relação aos objetivos, a pesquisa possui um caráter de natureza predominantemente descritivo. Terá como fundamento um estudo comparativo das unidades agrícolas familiares, envolvendo uma amostra dos indicadores desses estabelecimentos rurais, levando em consideração os Censos Agropecuários (1996 - 2006).

O estudo utiliza indicadores como: acesso a terra (área total e média dos estabelecimentos familiares), insumos, número de agricultores familiares ocupados, números de contratos do Pronaf, números de estabelecimentos familiares, produtividade, renda, valor bruto produzido, valor bruto produzido de produtos das lavouras permanentes (bananas e laranjas) e valor bruto produzido de produtos das lavouras temporárias (algodão e cana-de-açúcar).

4 RESULTADOS

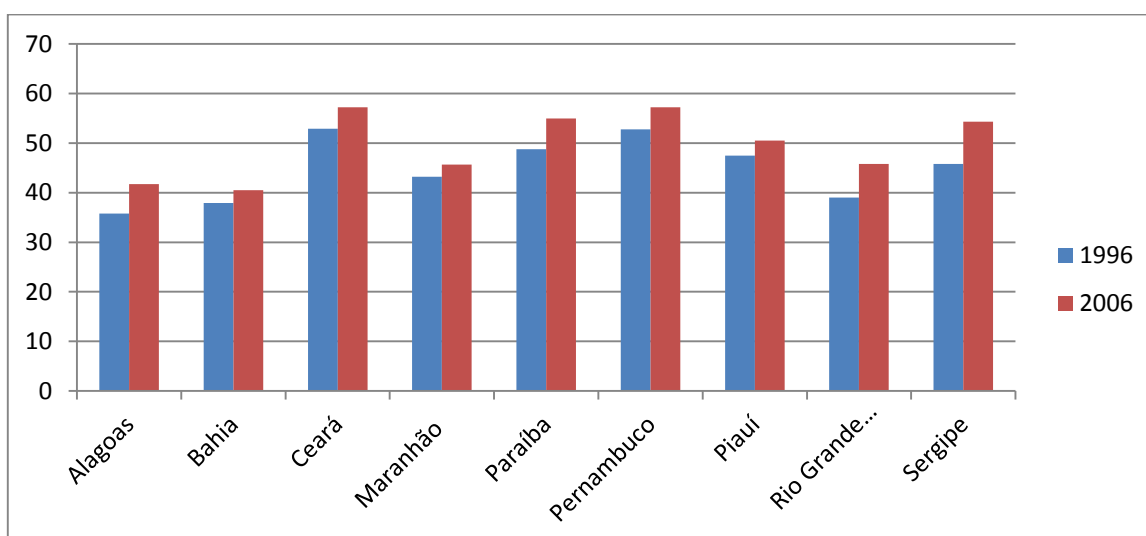
Começa-se a discussão dos resultados desta pesquisa apresentando os percentuais dos estabelecimentos qualificados como UAF coletados no IBGE dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, bem como a variação naquele interstício de tempo. Estas evidências estão mostradas na Tabela 2.

Tabela 2 - Percentual da Área dos Estados Nordestinos Ocupada por Unidades Agrícolas Familiares - 1996 e 2006.

Estado	Área Ocupada (%)		Variação (%)
	1996	2006	
Alagoas	35,8	41,7	5,9
Bahia	37,9	40,5	2,6
Ceará	52,9	57,2	4,3
Maranhão	43,2	45,7	2,5
Paraíba	48,8	55,0	6,2
Pernambuco	52,8	57,2	4,4
Piauí	47,5	50,5	3,0
Rio Grande do Norte	39,0	45,8	6,8
Sergipe	45,8	54,3	8,5

Fonte: Tabulação própria com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006.

Gráfico 1 - Percentual da Área dos Estados Nordestinos Ocupada por Unidades Agrícolas Familiares - 1996 e 2006.



Fonte: Censos Agropecuários - 1996 e 2006 (Elaboração Própria).

Observando a tabela 2, pode se constatar que entre os Censos Agropecuários de 1996 e 2006, uma variação percentual positiva na área ocupada pelos estabelecimentos familiares do Nordeste em todos os estados da região. A variação percentual média, registrada nesse período foi de 4,9%. O estado de Sergipe foi o que registrou a maior variação percentual, com 8,4%, passando de 45,8% em 1996 para 54,3% em 2006, enquanto que o estado do Maranhão por sua vez, registrou a menor variação percentual, que foi de 2,5% entre os dois Censos Agropecuário.

Na tabela 3 mostram-se os percentuais dos estabelecimentos com menos de cinco (5) hectares e com mais de cem (100) hectares de acordo com os Censos Demográficos de 1996 e 2006.

Tabela 3 - Percentual da Área dos Estados do Nordeste Ocupada por Unidades Agrícolas Familiares por Classe de Área - 1996 e 2006.

Estados	Estabelecimentos com menos de 5 hectares			Estabelecimentos com mais de 100 hectares		
	1996	2006	Var.(%)	1996	2006	Var.(%)
Alagoas	16,3	13,0	-3,3	20,8	27,9	7,1
Bahia	5,3	5,1	-0,2	33,8	32,5	-1,3
Ceará	7,3	7,4	0,1	43,4	45,0	1,6
Maranhão	4,6	2,0	-2,6	54,8	56,5	1,7
Paraíba	7,2	7,1	-0,1	40,4	37,5	-2,9
Pernambuco	9,1	8,2	-0,9	32,3	31,0	-1,3
Piauí	3,7	3,4	-0,3	53,6	47,7	-5,9
Rio Grande do Norte	5,3	3,8	-1,5	42,3	41,7	-0,6
Sergipe	11,6	11,2	-0,4	24,2	22,2	-2,0

Fonte: Tabulação própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

Examinando os dados apresentados na tabela 3, pode se observar, que com exceção ao estado do Ceará o qual registrou um aumento na variação percentual positiva de apenas 0,1% no que se refere a sua área ocupada por estabelecimentos familiares com menos de cinco hectares, os demais estados nordestinos apresentaram variação percentual negativa

nesse indicador, entre os Censos Agropecuários (1996 e 2006). Já o estado de Alagoas, foi o que obteve a maior variação percentual negativa -3,3% com relação a esse indicador, entre todos os estados da região Nordeste, de acordo com dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

Com relação ao percentual da área ocupada dos estados nordestinos por estabelecimentos familiares com mais de cem hectares, apenas três dos nove estados da região Nordeste registraram variações percentuais positivas com relação a esse indicador. Alagoas com 7,1%, Ceará com 1,6% e o estado do Maranhão com 1,7%, considerando os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

Portanto, de acordo com os dados expostos na tabela 3, pode se chegar a seguinte conclusão: de uma forma geral, houve uma redução do percentual da área ocupada dos estados nordestinos por estabelecimentos familiares com menos de cinco hectares, como também por aqueles com mais de cem hectares. Sendo que essa redução é mais acentuada nos estabelecimentos familiares com menos de cinco hectares, abrangendo 80% dos estados do Nordeste, conforme os Censos os Agropecuários (1996 e 2006).

Na tabela 4 mostram-se as áreas médias dos estabelecimentos com áreas de até cinco (5) hectares, bem como as áreas médias dos estabelecimentos das UAF com tamanhos superiores a cem (100) hectares.

Tabela 4 - Área Média das Unidades Agrícolas Familiares nos Estados do Nordeste por Classe de Áreas (em hectares) - 1996 e 2006.

Estados	Área médias dos Estabelecimentos com menos de 5 hectares			Áreas médias dos Estabelecimentos com mais de 100 hectares		
	1996	2006	Var.(%)	1996	2006	Var.(%)
Alagoas	1,6	1,5	-0,1	186,7	207,6	20,9
Bahia	2,1	1,9	-0,2	192,7	195,9	3,2
Ceará	1,8	1,5	-0,3	197,4	204,8	7,4
Maranhão	1,2	0,9	-0,3	204,1	206,7	2,6
Paraíba	1,9	1,8	-0,1	200,5	203,7	3,2
Pernambuco	1,9	1,6	-0,3	189,9	191,4	1,5
Piauí	1,5	1,5	0,0	204,4	200,7	-3,7
Rio Grande do	1,7	1,7	0,0	205,6	217,5	11,9

Norte						
Sergipe	1,4	1,5	0,1	189,2	186,1	-3,1

Fonte: Tabulação própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

Conforme os resultados apresentados na tabela 4, observa-se que de todos os estados nordestinos reduziram ou mantiveram as áreas médias dos estabelecimentos menores de cinco hectares com exceção de Sergipe que apresentou uma pequena variação positiva de 0.1% (tabela 4).

Com relação à área média ocupada pelos estabelecimentos familiares nordestinos com mais de 100 hectares, a maioria dos estados registraram variação positiva. O estado Piauí obteve a maior variação negativa (3,7) na área média ocupada por esses estabelecimentos durante os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). O estado de Alagoas nesse período registrou a maior variação positiva (20,9) na área média ocupada por essas unidades agrícolas familiares, entre todos os estados da região Nordeste.

Logo, pode-se inferir de acordo com os dados apresentados na tabela 4, que os estabelecimentos familiares com área média com menos de 5 hectares, na sua grande maioria não evoluíram nesse indicador, durante os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Pelo contrário, ou seja, cerca de 88% dos estados nordestinos durante o período citado, registraram uma redução nas suas áreas médias ocupadas por essas unidades agrícolas familiares.

Os insumos, conhecidos também como fatores de produção, estão diretamente ligados à produção, assim como a produtividade de qualquer estabelecimento, seja industrial ou agrícola. As Unidades Agrícolas Familiares (UAF) fazem uso de diversos insumos na sua produção. Como por exemplo, água, fertilizantes, adubos, equipamentos agrícolas e tecnologias.

Na tabela 5 e no gráfico 2 apresentam-se os percentuais de utilização de insumos por parte das UAF entre os períodos censitários de 1996 e 2006.

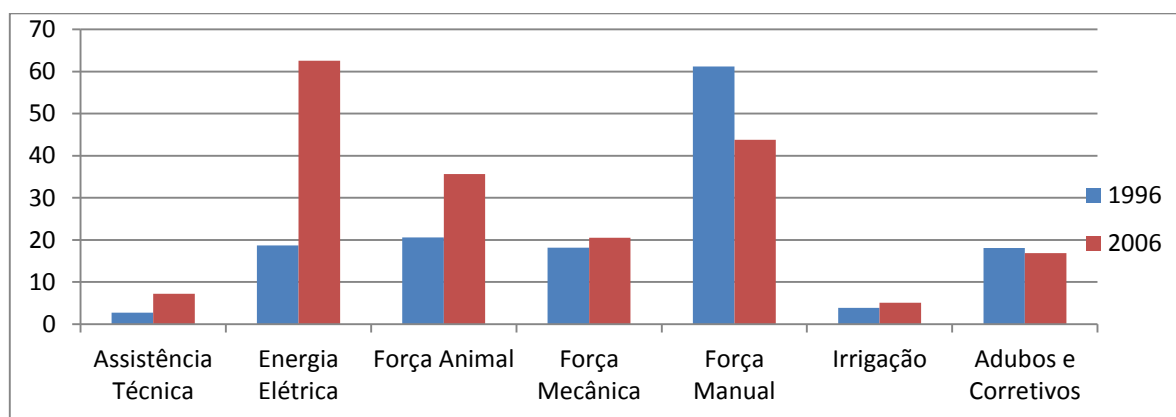
Tabela 5 - Percentual das UAF Nordestinas que Fazem Uso de Insumos Como Tecnologia, Energia, Adubos e outros insumos no período de 1996 e 2006.

Insumo	Porcentagem dos Estabelecimentos		Variação (%)
	1996	2006	
Assistência Técnica	2,7	7,2	4,5
Energia Elétrica	18,7	62,6	43,9

Força Animal	20,6	35,7	15,1
Força Mecânica	18,2	20,5	2,3
Força Manual	61,2	43,8	-17,4
Irrigação	3,9	5,1	1,2
Aubos e Corretivos	18,1	16,9	-1,2

Fonte: Tabulação própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

Gráfico 2 - Percentual das UAF Nordestinas que Fazem Uso de Insumos Como Tecnologia, Energia, Adubos e outros insumos no período de 1996 e 2006.



Fonte: Censos Agropecuários - 1996 e 2006 (Elaboração Própria).

A tabela 5 conjuntamente com gráfico 2 nos revela dados importantes com relação a utilização de alguns insumos pelas Unidades Agrícolas Familiares (UAF) nordestinas durante os Censos Agropecuários (1996 e 2006). Esses dados nos fornecem alguns indicadores consideráveis (indicadores positivos e negativos) referentes ao período citado.

Com relação aos indicadores positivos, podemos citar o insumo assistência técnica que teve uma variação percentual positiva de 4,5% durante o período. Outro insumo que merece ser destacado como positivo, é a utilização de energia elétrica por parte das Unidades Agrícolas Familiares (UAF) nordestinas. Esse insumo, de grande relevância para o fomento da produção agrícola, obteve uma variação percentual positiva de 43,9% em relação ao Censo agropecuário anterior. Entre os insumos que apresenta variações percentuais positivas reveladas pelos os dados da tabela 5, o insumo força manual merece destaque, pois registrou uma variação percentual negativa de 17,4% em comparação ao Censo Agropecuário de 1996. Isso significa que no decorrer dos dois Censos Agropecuários (1996 e 2006), as Unidades Agrícolas Familiares da região Nordeste ganharam mais mecanização, incremento, de grande valia na produção agrícola.

Como relação às variações percentuais negativas mostradas pelos dados referentes aos Censos Agropecuários e delineadas na tabela 5, pode se mencionar a força animal. Tal insumo registrou uma variação de 15,1%, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 em comparação com o Censo Agropecuário anterior. Em contra partida o insumo força mecânica registrou uma variação percentual positiva de apenas de 2,3% em relação ao Censo Agropecuário anterior. Isso significa que entre a transição de um Censo Agropecuário para o outro, houve pouco uso de máquinas agrícolas nos Estabelecimentos Familiares Nordestinos.

Outro indicador negativo presente nas Unidades Agrícolas familiares (UAF) Nordestinas conforme os Censos Agropecuários (1996 e 2006) é a irrigação, insumo de extrema importância na produção agrícola. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, esse insumo representa somente uma variação percentual positiva 5,1% de todos os insumos apresentados na tabela 5, registrando apenas uma variação de 1,2% em relação ao Censo Agropecuário de 1996. E o último indicador negativo extraído da tabela 5 se refere ao insumo adubos e corretivos que registrou uma variação negativa de 1,2% de um Censo Agropecuário para o outro.

Ao analisarmos de uma forma geral os dados referentes aos insumos expostos na tabela 5 podem concluir que insumos como energia elétrica, assistência técnica e força manual apresentaram indicadores satisfatórios, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Por outro lado, nesse mesmo período, insumos como irrigação e adubos corretivos apresentaram indicadores um pouco deficitários e que precisam melhorar nos próximos Censos Agropecuários.

O indicador “Número de Agricultores Nordestinos Ocupados na Agricultura Familiar”, é outro indicador que merece ser analisando da presente pesquisa. Pois se trata de trabalho, fator gerador de renda. Renda, não só a renda não monetária, mas como também a renda monetária.

Na tabela 6 apresentam-se as quantidades de agricultores familiares por estado do Nordeste bem como a sua variação entre os períodos censitários de 1996 e 2006.

Tabela 6 - Números de Agricultores Nordestinos Por Estado Ocupados nas UAF - 1996 e 2006.

Estados	Quantidades de Agricultores Familiares		Variação (%)
	1996	2006	

Alagoas	432.104	451.742	4,54
Bahia	2.508.590	2.325.984	-7,28
Ceará	1.170.724	1.145.985	-2,11
Maranhão	1.331.864	991.593	-25,55
Paraíba	479.987	490.287	2,15
Pernambuco	975.288	444.907	-54,38
Piauí	666.465	831.827	24,81
Rio Grande do Norte	332.516	247.507	-25,57
Sergipe	313.271	268.799	-14,20

Fonte: Tabulação própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

Analisando os dados mostrados na tabela 6, pode se constatar que de todos os estados nordestinos, somente Alagoas, Paraíba e Piauí registraram acréscimos no número de agricultores ocupados com a produção familiar, de acordo com os Censos Agropecuários (1996 e 2006). Os demais estados da região Nordeste registraram decréscimos nesse mesmo período. Sendo que o estado de Pernambuco registrou maior variação percentual negativa (54,38%) em relação ao Censo Agropecuário de 1996.

Portanto, esses dados expostos na tabela 6 mostra que o indicador “agricultores nordestinos ocupados na agricultura familiar” de uma forma geral não evolui de um Censo agropecuário para outro. Pelo contrário, o mesmo sofreu uma redução em 77,78% nos estados da região Nordeste, comparando-se o Censo Agropecuário de 2006 com o Censo Agropecuário de 1996.

O quarto indicador das Unidades Agrícolas Familiares (UAF) Nordestinas a ser analisado desta pesquisa, considerando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006), trata-se do “Percentual do Número de Estabelecimentos Familiares Nordestinos”. Esse indicador nos fornecem dados importantes com relação à propagação desses estabelecimentos agrícolas na região Nordeste. Na tabela 7 apresentam-se os percentuais de estabelecimentos categorizados com UAF em 1996 e 2006.

Tabela 7 - Percentual de UAF nos Estados Nordestinos - 1996 e 2006.

Estados	Estabelecimentos (%)		Variação (%)
	1996	2006	
Alagoas	91,6	93,8	2,2

Bahia	89,1	91,0	1,9
Ceará	90,2	93,8	3,6
Maranhão	80,0	94,2	14,2
Paraíba	89,7	92,3	2,6
Pernambuco	90,4	93,6	3,2
Piauí	91,7	93,8	2,2
Rio Grande do Norte	87,4	87,4	0,0
Sergipe	90,2	92,7	2,5

Fonte: www.bnb.gov.br

De acordo com dados expostos na tabela 7, pode se constatar que 88,88% dos estados da região Nordeste registraram aumento no percentual das Unidades Agrícolas Familiares nordestinas, comparando-se o Censo Agropecuário de 2006 com o anterior. De todos os estados nordestinos, apenas o estado do Rio Grande do Norte manteve-se constante com relação a percentual das unidades agrícolas familiares no Nordeste, considerando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Já o estado do Maranhão por sua vez, registrou o maior percentual, passando de 80% para 94,2% nesse mesmo período, ou seja, obtendo uma variação de 14,2%.

Logo, pode se concluir que com relação ao indicador “percentual das unidades agrícolas familiares nordestinas”, esse indicador apresentou-se de forma bastante positiva durante os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Isso implica que na grande maioria dos estados da região Nordeste, houve um aumento no percentual do número de estabelecimentos agrícolas familiares em relação ao número de estabelecimentos agrícolas não familiares.

Outro indicador importante que merece ser destacado neste trabalho é a participação em termos percentuais dos Estabelecimentos Familiares no Valor Bruto da Produção (VBP) dos estados do Nordeste. Esse indicador nos mostra o potencial das Unidades Agrícolas Familiares em termo de produção em relação às unidades agrícolas não familiares nos seus respectivos estados da região Nordeste.

Na tabela 8 mostram-se as participações relativas das UAF no valor bruto da produção agrícola em 1996 e 2006.

Tabela 8 - Participação das UAF em Termos Percentuais no Valor Bruto da Produção (VBP) nos Estados do Nordeste - 1996 e 2006.

Estados	Participação VBP (%)		Variação
	1996	2006	
Alagoas	23,3	31,5	8,2
Bahia	39,8	43,2	3,4
Ceará	52,2	60,4	8,2
Maranhão	45,7	62,1	16,4
Paraíba	55,0	59,0	4,0
Pernambuco	35,9	52,2	16,3
Piauí	61,3	61,8	0,5
Rio Grande do Norte	36,1	36,5	0,4
Sergipe	52,7	66,2	13,5

Fonte: www.bnb.gov.br

Analisando os resultados mostrados na tabela 8, pode se constatar que todos os estados nordestinos, sem exceção, obtiveram crescimento nesse indicador, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). O estado do Maranhão registrou a maior variação percentual (16,4) de todos os estados nordestinos durante esse período. Ou seja, o estado do Maranhão durante esse período (Censos Agropecuários 1996 e 2006) mostrou grande evolução na produção agrícola familiar. Em contrapartida, o estado do Rio Grande do Norte registrou a menor variação percentual nesse indicador, isto é, menor variação na participação dos Estabelecimentos Familiares em termos percentuais no Valor da Produção (VBP) dos estados da região Nordeste.

Logo, diante desta análise feita com os dados expostos na tabela 8, concluímos que a participação em termos percentuais dos Estabelecimentos Familiares no Valor Bruto da Produção (VBP) dos estados nordestinos é bastante satisfatória, considerando os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Pois, esse indicador mostra que durante esse período, as Unidades Agrícolas Familiares (UAF) aumentaram a sua participação no Valor Bruto da Produção (VBP) em todos os estados que compõe a região Nordeste do Brasil.

A pecuária que foi tão importante para a colonização e povoamento do Nordeste brasileiro merece ser destacada neste trabalho como um dos indicadores das Unidades Agrícolas Familiares (UAF) nordestinas. Isto é, esse indicador merece ser analisado dentro do estudo comparativo entre os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Nessa análise destacaremos especificamente, a pecuária de corte e pecuária leiteira.

Na tabela 9 mostram-se os percentuais que praticam a pecuária de corte e de leite nos anos de 1996 e 2006 em cada estado da região Nordeste.

Tabela 9 - Participação das UAF em Termos Percentuais no Valor Bruto da Produção (VBP) Animal (Pecuária de Corte e de Leite) dos Estados do Nordeste - 1996 e 2006

Estados	Pecuária de Corte			Pecuária de Leite		
	1996	2006	Var.(%)	1996	2006	Var.(%)
Alagoas	41,5	23,8	-17,7	42,5	22,1	-20,4
Bahia	36,5	18,3	-18,2	49,5	30,0	-19,5
Ceará	47,7	25,6	-22,1	54,7	27,4	-27,3
Maranhão	38,3	25,4	-12,9	54,1	50,3	-3,8
Paraíba	52,0	21,0	-31,0	62,4	30,4	-32,0
Pernambuco	52,0	21,6	-30,4	58,0	29,6	-28,4
Piauí	53,1	39,2	-13,9	59,3	32,4	-26,9
Rio Grande do Norte	44,8	20,3	-24,5	45,0	36,6	-8,4
Sergipe	45,4	22,9	-22,5	58,4	35,7	-22,7

Fonte: Tabulação própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

Diante dos dados apresentados na tabela 9, pode se constatar que a variação percentual da participação das Unidades Agrícolas Familiares no Valor Bruto da Produção Animal (pecuária de corte e de leite) apresentou-se de forma negativa em todos os estados nordestinos, comparando-se o Censo Agropecuário de 2006 com o anterior. De todos os estados da região Nordeste, o estado do Maranhão apresentou as menores variações percentuais negativas durante o período (Censos Agropecuários 1996 e 2006), 12,9% e 3,8% na pecuária de corte e na pecuária de leite, respectivamente. Por outro lado, o estado da Paraíba registrou as maiores variações percentuais negativas, sendo 31% na pecuária de corte e 32% na pecuária leiteira.

Conclui-se então que, a participação das Unidades Agrícolas Familiares (UAF) no Valor Bruto da Produção (VBP) Animal, especificamente na pecuária de corte e de leite, apresentou uma redução percentual em todos os estados nordestinos. Ou seja, entre os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006), esse indicador das Unidades Agrícolas Familiares (UAF) mostrou-se absolutamente negativo dentro do contexto da Agricultura Familiar da região Nordeste.

O sétimo indicador analisado nesta pesquisa, relacionado com as Unidades Agrícolas Familiares (UAF), refere-se à Renda Monetária Líquida Média Anual desses estabelecimentos agrícolas por estado, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996-2006). A renda é um importante indicador dentro de qualquer análise econômica, assim esse indicador será de grande relevância no estudo a que se propõe à referida pesquisa. Na tabela 10 apresentam-se os resultados Por estado da região Nordeste entre os Censos Agropecuários de 1996 e 2006.

Tabela 10 - Renda Monetária Líquida Média das Unidades Agrícolas Familiares nos Estados Nordestinos - 1996 e 2006.

Estado	Renda Média (R\$)		Variação (%) - 1996 e 2006
	1996	2006	
Alagoas	3.806,54	8.753,64	129,96%
Bahia	5.852,16	5.220,10	-10,81%
Ceará	4.539,99	5.578,29	22,87%
Maranhão	5.363,19	5.061,26	-5,63%
Paraíba	5.678,86	4.784,06	-15,76%
Pernambuco	7.492,38	9.971,46	33,08%
Piauí	2.806,93	1.703,70	-39,31%
Rio Grande do Norte	5.539,59	4.243,37	-23,40%
Sergipe	6.675,36	9.303,37	39,36%

Fonte: www.bnb.gov.br

Observando os dados expostos na tabela 10 e atualizados de acordo com IGP DI-FGV para o ano de 2014, constata-se que aproximadamente, 55% dos estados nordestinos sofreram uma redução na Renda Monetária Líquida Anual das Unidades Agrícolas Familiares localizadas na região Nordeste, comparando-se o Censo Agropecuário de 2006 com de 1996.

O estado do Piauí, por sua vez, registrou a maior variação percentual negativa com relação aos demais estados nordestinos. Essa variação foi de 39,31 % em comparação ao Censo Agropecuário de 1996. Já o estado do Maranhão obteve a menor variação percentual que foi de 5,63% no mesmo período (Censos Agropecuários 1996 - 2006). Em contra partida, o estado de Alagoas registrou a maior variação percentual positiva na Renda Monetária Líquida Média Anual das Unidades Agrícolas Familiares, em torno de 129,96%, em relação aos demais estados da região no período estudado.

Logo, diante destas informações apresentadas na tabela 10, pode se concluir que o estado de Alagoas com relação a este indicador, possui uma agricultura familiar forte no cenário nordestino, levando em consideração os Censos Agropecuários (1996 e 2006).

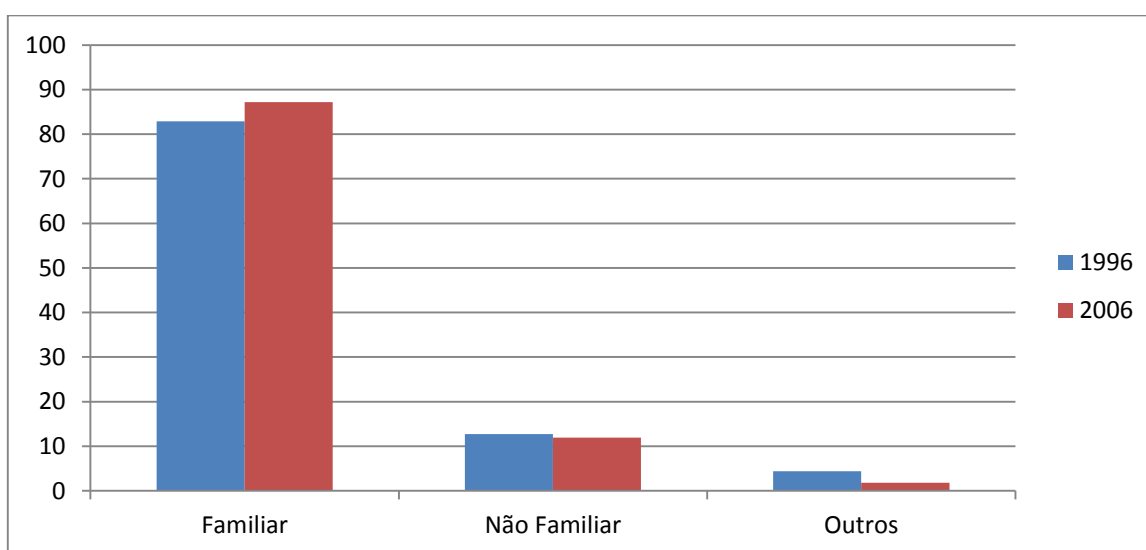
O próximo indicador relacionado com as Unidades Agrícolas Familiares (UFA) a ser estudado na presente pesquisa trata-se do pessoal ocupado em termos percentuais por estabelecimento familiar e estabelecimento não familiar durante os Censos Agropecuários (1996 e 2006) na região Nordeste. Esse indicador procura detalhar os tipos de estabelecimentos agrícolas nordestinos, incluído dentre outros, as Unidades Agrícolas Familiares. Os resultados referentes a este item da pesquisa estão mostrados na tabela 11 e no gráfico 3.

Tabela 11 - Pessoal Ocupado (%) Por Unidades Agrícolas Familiares e Não Familiar no Nordeste - 1996 e 2006.

Tipos de Estabelecimentos	Nordeste		
	1996	2006	Var.(%)
Familiares	82,9	87,2	4,3
Não Familiares	12,7	11,9	-0,8
Outros	4,4	0,8	-3,6
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: www.bnb.gov.br

Gráfico 3 - Pessoal Ocupado (%) Por Unidades Agrícolas Familiares e Não Familiar no Nordeste no período de 1996 e 2006.



Fonte: Censos Agropecuários (Elaboração Própria).

De posse dos dados apresentados na tabela 11 e analisando o gráfico 3, pode se constatar de fato, informações relevantes com relação ao pessoal ocupado nas Unidades Agrícolas Familiares nordestinas durante os dois Censos Agropecuários (1996 - 2006). Uma das informações importantes que merece de ser mencionada nesta análise, trata-se da grande porcentagem de pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas familiares em comparação com os demais estabelecimentos agrícolas nordestinos, o que é mostrado tanto no Censo Agropecuário de 1996, como no Censo Agropecuário de 2006.

Através dos referidos dados da tabela 11, colhidos a partir dos dois Censos Agropecuários, constata se que Agricultura Familiar nordestina absorve um grande percentual de mão de obra em relação aos demais estabelecimentos agrícolas. Onde esse percentual, de acordo com Censo Agropecuário de 1996, supera em 70,2% em comparação aos estabelecimentos agrícolas não familiares. Em relação ao Censo Agropecuário de 2006, essa porcentagem chega a 76,3%, quando comparada aos estabelecimentos não familiares.

Dessa forma, a Agricultura Familiar, segundo os Censos Agropecuários (1996 - 2006) é responsável por manter grande parcela dos agricultores nordestinos ocupados durante esse período. Fato que reforça a tese que tal modalidade agrícola possui grande função social no meio rural nordestino.

O nono indicador a ser estudado nesta pesquisa, relacionado com as Unidades Agrícolas Familiares (UAF), é a produtividade, mais especificamente no diz respeito à produtividade por hectare de mão de obra dos agricultores familiares com relação ao Brasil e regiões durante os dois Censos Agropecuários (1996 - 2006).

Na tabela 12 apresenta-se a produtividade das UAF em termos de valor bruto por hectare.

Tabela 12 - Produtividade Por Hectare de Mão de Obra dos Agricultores Familiares nas Unidades Agrícolas Familiares - Brasil e Regiões - 1996 e 2006.

Brasil e Regiões	Valor Produzido Por Hectare (R\$/há)		Variação (%)
	1996	2006	
Norte	495,47	375,31	-24,26
Nordeste	712,10	648,62	-8,92
Sudeste	1.726,25	1.148,98	-33,45

Sul	3.535,75	2.083,06	-41,09
Centro - Oeste	656,70	443,99	-32,50
Brasil	1.346,52	863,68	-35,86

Fonte: Tabulação Própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

Analisando os dados atualizados conforme o IGP DI-FGV para o ano de 2014 inseridos na tabela 12, pode se verificar que ocorreu uma redução no valor real da produtividade por hectare de mão de obra dos agricultores nas Unidades Agrícolas Familiares (UAF), em todas as regiões brasileira, levando em conta Censos Agropecuários (1996 e 2006). A região Nordeste, no entanto, aparece como a região que registrou a menor variação percentual negativa nesse indicador, comparando-se os Censos Agropecuários (1996 - 2006). O Nordeste obteve uma redução percentual negativa de 8,92% no valor produzido por hectare da produtividade familiar nordestina.

Logo, a partir desta análise, concluí se que a produtividade por hectare de mão de obra familiar nos Unidades Agrícolas Familiares nordestinas mostrou-se de forma negativa no período. Ou seja, durante Censos Agropecuários (1996 e 2006), esse indicador em termo de valor real, apresentou uma retração.

O próximo indicador relacionado com as Unidades Agrícolas Familiares nordestinas a ser estudado desta pesquisa, considerando-se os dois Censos Agropecuários (1996 - 2006), trata-se do número de contratos do PRONAF (Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar). Num primeiro momento, se compara o número de contratos destinados às UAF da região Nordeste com as demais regiões do Brasil durante esse o período.

Na tabela 13 apresentam-se os percentuais dos números de contratos do PRONAF entre os estados do Nordeste entre os anos de 1996 e 2006.

Tabela 13 - Distribuição Regional do PRONAF (em %) - 1996 e 2006.

Regiões	1996	2006	Varição (%)
Norte	0,91	9,49	9,58
Nordeste	6,66	25,98	19,32
Sudeste	12,05	19,74	7,69
Sul	78,28	38,49	-39,79
Centro- Oeste	2,10	6,10	4,20
Brasil	100,00	100,00	0,00

Fonte: PRONAF (2010).

De acordo com os dados expostos na tabela 13, podemos verificar que a região Nordeste, por sua vez, registrou a maior variação percentual do número de contratos do PRONAF em relação às demais regiões brasileiras. Variação essa, que ficou na casa dos 19,32%, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 - 2006). Isso representa 11,63% a mais da variação percentual registrada pela região Sudeste, a qual registrou a segunda maior variação percentual do número de contratos do PRONAF durante o mesmo período.

Conclusão: a região Nordeste foi a região brasileira que em termos percentuais mais se beneficiou com o número de contratos do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), segundo os Censos Agropecuários (1996 e 2006).

O décimo primeiro indicador analisado neste estudo referente às Unidades Agrícolas Familiares situadas na região Nordeste, trata-se da participação em termos percentuais desses estabelecimentos familiares no Valor Bruto Produzido de produtos oriundos da lavoura permanente em cada estado da região. Isto, levando em consideração os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

Segundo o Banco do Brasil Seguro Rural (2015), lavoura permanente é a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, isto é, aquelas que após a colheita não necessitam de novo plantio. Com relação a esse tipo de lavoura, se usa como amostra para análise desse indicador, as culturas agrícolas de “bananas” de “laranjas”. Lavouras essas, bastante populares no Nordeste brasileiro. Na tabela 14 apresentam-se os resultados para essas duas lavouras.

Tabela 14 - Participação Percentual das Unidades Agrícolas Familiares no Valor Bruto da Produção (VBP) de Produtos da Lavoura Permanente (Bananas e Laranjas) nos Estados do Nordeste - 1996 e 2006.

Estados	Bananas			Laranjas		
	1996	2006	Var.(%)	1996	2006	Var.(%)
Alagoas	68,3	78,0	9,7	65,1	95,2	30,1
Bahia	59,9	71,8	11,9	68,0	76,2	8,2
Ceará	57,0	63,4	6,4	54,5	92,4	37,9
Maranhão	66,4	66,1	-0,3	69,4	93,4	24,0
Paraíba	60,3	67,2	6,9	79,6	53,9	-25,7

Pernambuco	44,0	68,4	24,4	68,7	89,5	20,8
Piauí	65,7	90,2	24,5	60,0	11,0	-49,0
Rio Grande do Norte	58,6	57,3	-1,3	33,8	4,5	-29,3
Sergipe	71,7	91,9	20,2	59,6	76,5	16,9

Fonte: Tabulação Própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

A partir dos dados apresentados na tabela 14, pode se extrair informações relevantes ao percentual do Valor Bruto Produzido (VBP) decorrente das lavouras permanentes de bananas e laranjas. Valor esse, produzido pelas Unidades Agrícolas Familiares nordestinas nos seus respectivos estados, durante os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

O estado do Piauí registrou a maior variação percentual positiva (24,5%) no Valor Bruto Produzido (VBP) relativo à lavoura permanente de bananas, produzido por suas Unidades Agrícolas Familiares, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Por outro lado, o estado do Ceará registrou a menor variação percentual positiva (6,4%) nesse valor no mesmo período. Enquanto os estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte registraram variações negativas de 0,3% e 1,3% respectivamente no mesmo indicador no período (Censos Agropecuários 1996 e 2006).

Com relação ao percentual no Valor Bruto Produzido (VBP) decorrentes das lavouras de laranjas, produzido pelas Unidades Agrícolas Familiares da região Nordeste no mesmo período, temos: o estado do Ceará obteve a maior variação percentual positiva (37,9%), enquanto o estado da Bahia obteve a menor variação percentual positiva (8,6%). Já os estados da Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte registraram variações negativas de 25%, 49,0% e 29,3% respectivamente, durante o período (Censos Agropecuários 1996 e 2006).

Portanto, diante de tais informações, pode se concluir que de uma forma geral houve uma evolução com relação ao percentual da participação das Unidades Agrícolas Familiares no Valor Bruto Produzido (VBP) de produtos das lavouras permanentes de bananas e laranjas no Nordeste brasileiro. Sendo que a grande dos estados nordestinos registraram variações percentuais positivas nesse indicador, comparando-se os Censos Agropecuários (1996 e 2006).

O último indicador a ser analisado nesta pesquisa relacionada às Unidades Agrícolas Familiares nordestinas, diz respeito à participação percentual desses estabelecimentos agrícolas no Valor Bruto da Produção (VBP) de produtos provenientes das lavouras temporárias em cada estado nordestino. Análise essa, considerando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

De acordo com o Banco do Brasil Seguro Rural (2015), lavoura temporária é área do estabelecimento utilizada para o cultivo de culturas de curta duração (geralmente inferior ao 01 ano) e que só produz uma vez, pois, na colheita destrói-se a planta. No que se refere a esse tipo de lavoura, tomou-se como amostra para a análise desse último indicador, as lavouras temporárias de “algodão” e de “cana-de-açúcar”. Lavouras as quais tiveram um papel importantíssimo para o desenvolvimento da economia nordestina. (tabela 15).

Tabela 15 - Participação Percentual das Unidades Agrícolas Familiares no Valor Bruto da Produção (VBP) de Produtos da Lavoura Temporária (Algodão e Cana-de-açúcar) nos Estados do Nordeste - 1996 e 2006.

Estados	Algodão			Cana- de- Açúcar		
	1996	2006	Var.(%)	1996	2006	Var.(%)
Alagoas	82,4	93,0	10,6	3,6	5,1	1,5
Bahia	53,3	0,6	-52,7	19,3	38,7	19,4
Ceará	68,1	66,9	-1,2	37,9	54,7	16,8
Maranhão	2,5	0,0	-2,5	16,7	22,4	5,7
Paraíba	54,9	81,2	26,0	5,5	27,4	21,9
Pernambuco	83,0	79,1	-3,9	6,2	11,4	5,2
Piauí	85,5	1,2	-84,3	29,8	15,8	-14,0
Rio Grande do Norte	42,7	33,1	-9,6	2,9	3,6	0,7
Sergipe	79,0	100,0	21,0	1,5	9,9	8,4

Fonte: Tabulação Própria com base em IBGE, Censos Agropecuários - 1996 e 2006.

Analisando os dados mostrados na tabela 15 com relação à lavoura temporária de algodão, somente os estados de Alagoas, Paraíba e Sergipe registraram variações percentuais positivas no Valor Bruto Produzido por suas Unidades Agrícolas Familiares, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Sendo que o estado da Paraíba registrou a maior variação percentual positiva (26,3%) nesse período. Os demais estados da região Nordeste no

período, registraram variações percentuais negativas nesse indicador, o que representa 66% dos estados da região.

Já com relação à lavoura temporária de cana-de-açúcar, apenas o estado do Piauí apresentou variação percentual negativa no Valor Bruto Produzido por suas Unidades Agrícolas Familiares, levando em consideração os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006). Em contrapartida, dos estados que registraram variações percentuais positivas, o estado da Paraíba registrou a maior variação percentual positiva (21,9%) no mesmo período.

Logo, diante dessas informações obtidas a partir dos dados expostos na tabela 15, concluí se que de uma maneira geral, não houve evolução no percentual no que se refere à participação das Unidades Agrícolas Familiares nordestinas no Valor Bruto Produzido de produtos oriundos das lavouras temporárias de algodão nos seus respectivos estados. Sendo que apenas 34% dos mesmos registraram variações percentuais positiva no período analisado (Censos Agropecuários - 1996 e 2006). Com relação ao percentual de participação desses estabelecimentos familiares no Valor Bruto Produzido de produtos provenientes das lavouras temporárias de cana-de-açúcar nos seus respectivos estados, de uma forma geral, houve grande evolução, ou seja, 88% dos estados nordestinos registraram variações percentuais positivas, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

5 CONCLUSÕES

Considerando-se a amostra de “indicadores” usados nesta pesquisa relacionados com as Unidades Agrícolas Familiares nordestinas, pode se constatar que 66% dos estados da região Nordeste, ou seja, a maioria evoluiu com relação a esses indicadores, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

Por outro lado, pode se constatar que esse avanço não foi tão significativo. 34% dos estados nordestinos não evoluíram nesses indicadores, muitos deles apresentando variações percentuais negativas, se compararmos o Censo Agropecuário de 2006 com o anterior.

Porém, a região Nordeste foi a região brasileira que apresentou a maior variação percentual positiva de recursos provenientes do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), comparando-se os Censos Agropecuários (1996 e 2006). Programa esse que foi o grande “divisor de águas” da Agricultura Familiar brasileira.

Com relação aos estados nordestinos que mais se destacaram, tomando como base esta pesquisa, tais indicadores e o período (Censos Agropecuários 1996 e 2006), pode se citar os principais estados: Alagoas, Ceará e Sergipe, destacando-se neste contexto como estados possuidores de uma Agricultura Familiar forte.

Já com relação aos estados da região Nordeste que apresentaram os piores índices referentes a esses indicadores estudados na pesquisa no mesmo período (Censos Agropecuários 1996 e 2006), podem-se mencionar os seguintes estados: Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Esses estados, de uma forma geral não apresentaram evolução nesses indicadores, comparando-se os dois Censos Agropecuários (1996 e 2006).

No entanto, a região Nordeste pode avançar muito mais no que se refere a tais indicadores nos próximos Censos Agropecuários, pois já mostrou certa evolução dos mesmos, considerando-se os dois últimos Censos Agropecuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. **12 anos de política de crédito do PRONAF no Brasil (1996- 2008): uma visão crítica**. VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Anais em CD-ROM do VIII Congresso da ALASRU...Porto de Galinhas/PE, v. 1. 2010.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PARANAPANEMA. **Planejamento - Agropecuário de 2015**- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: [www.com.br/](http://www.com.br/noticias) notícias. Acesso em 14/09/2015.
- BANCO DO BRASIL - SEGUROS. **Seguro Agrícola, Versão 2.2**. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em: 22/10/2015.
- BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de junho de 2006**. As Diretrizes Para a Formação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de junho de 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 14/03/2015.
- _____. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o programa de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 01 de julho de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 14/03/2015.
- CARNEIRO, Maria José. **Agricultores Familiares no Desenvolvimento Rural**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. IBGE- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro. Acesso em: 02/08/2015.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Disponível em: www.contag.org.br. Acesso em: 23/05/2015.
- DE CASTRO, Cesar. **A Agricultura no Nordeste Brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro, novembro de 2012. Disponível em: repositório. Ipa.gov.br. Acesso em: 13/11/2015.
- FELÍCIO, Jorge Munir. **Os Camponeses, Os Agricultores Familiares: Paradigmas em questão**. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/6662. Acesso em: 18/05/2015.
- GUANZIROLI, Carlos; DI SABBATO, Alberto; VIDAL, Maria. **Evolução da Agricultura Familiar Nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários**. Ver. Econ. NE, Fortaleza V. 45, Suplementar Especial, p.93 - 105, out. / dez. 2014. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em: 05/10/2015.
- _____. **Agricultura Familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários**. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em: 13/11/2015.
- IGP-DI - INDÍCE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA. Disponível em: www.calculador.com.br/correção-valor-por-índice. Acesso em: 27/05/2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Brasília, 1995. Disponível em: <http://incra.gov.br>. Acesso em: 23/06/2015.
- LOPES, Ignez; ROCHA, Daniela (Economistas e Pesquisadores do IBRE). **Agricultura Familiar: muitos produzem pouco**. Fev/2005. Conjuntura Econômica. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 22/04/2015.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Brasília, 2012. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 16/10/2015.

MIRALHA, Wagner. Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNESP/campus de presidente prudente -- SP. Revista NERA- ANO 9, nº 8 - JANEIRO/JUNHO DE 2006 - ISSN 1806 - 6755.

Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08>. Acesso em: 04/ 05/2015.

PEIXOTO, Sérgio Elísio: **Histórico da Agricultura Familiar no Brasil, Revista Bahia Agrícola**. V. 2. 1998. Disponível em: [www.seagri. ba.gov.br/bahia agrícola](http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_agricola). Acesso em: 22/04/2015.

SANTOS, Silvando Ramos dos. **Agricultura Familiar no Brasil**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/agricultura - familiar - no - brasil / 3106>. Acesso em: 16/04/2015.